

Foto: Anssumane Sambu

Avaliação da situação de segurança alimentar, nutricional e monitoramento dos mercados

Guiné-Bissau | Novembro 2021

Resumo de resultados

Em novembro de 2021, 12 por cento dos agregados familiares (mais de 197.500 pessoas) estavam em situação de insegurança alimentar na Guiné-Bissau e, portanto, eram incapazes de satisfazer adequadamente as suas necessidades alimentares e não alimentares básicas. A situação de insegurança alimentar é significativamente mais difícil nas áreas rurais do que nas urbanas. Assim como em nossos anteriores inquéritos, as regiões de Oio e Gabu são as mais afetadas. Por outro lado, Bissau, Tombali e Biombo são os menos afetados. As famílias mais vulneráveis nas áreas rurais são chefiadas por mulheres, enquanto nas áreas urbanas são chefiadas por homens. Os agregados familiares mais vulneráveis são também os chefiados por pessoas sem ou com menos escolaridade, os agregados familiares grandes, bem como os agregados familiares cujas fontes de rendimento estão mais ligadas à agricultura e a outras atividades primárias.

Em geral, verifica-se uma melhoria significativa da situação de segurança alimentar, o que confirma a tendência de diminuição da vulnerabilidade das famílias observada nos inquéritos realizados no final de 2020 e durante o ano de 2021. De facto, a situação está a melhorar graças ao

levantamento da maioria das restrições relacionadas à pandemia de COVID-19.

Apenas 5,6 por cento das crianças de 6 a 23 meses têm alimentação adequada e recebem uma dieta mínima aceitável (MAD). A alimentação das crianças é significativamente melhor nas áreas urbanas do que nas rurais. As regiões de Oio, Bafatá e Gabu, conhecidas pela sua elevada prevalência de desnutrição, estão entre as regiões onde se registam mais crianças com alimentação inadequada.

De acordo com o indicador de diversidade alimentar mínima, apenas quase um terço das mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) têm alimentação adequada em novembro de 2021, incluindo 27,4 por cento nas áreas rurais e 39,4 por cento nas áreas urbanas. Uma em cada dez mulheres inquiridas está grávida à data do inquérito e 69 por cento delas não tem uma alimentação adequada com todas as potenciais consequências no seu estado de saúde e no dos seus futuros filhos.

Os mercados estão bem abastecidos com produtos alimentares e não alimentares. O preço do arroz comum importado, que é o cereal mais consumido no país, tem sido mais marcado por um aumento gradual em 2021, embora se observe uma queda a partir de novembro. Em geral, os preços são um pouco mais elevados em comparação com o mesmo período do ano passado.

1. Contexto do Estudo

A 24 de março de 2020, a Guiné-Bissau registou o primeiro caso de COVID-19. As autoridades nacionais emitiram um confinamento nacional em 26 de março e o estado de emergência foi declarado em 27 de março. O país já havia fechado fronteiras, escolas, restaurantes e outros negócios locais, proibido aglomerações públicas, restringido o transporte público e reduzido o horário de funcionamento do mercado das 7h às 12h. Desde então, as restrições foram atenuadas, mas o estado de emergência foi prorrogado várias vezes. Até 07 de novembro de 2021, o país registava 6.150 casos confirmados de infecção (74 por cento dos casos registados no setor autónomo de Bissau) e 143 óbitos.

Em maio de 2020, o Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), realizou uma avaliação da segurança alimentar e funcionamento dos mercados para melhor compreender o impacto da COVID-19 na situação da segurança alimentar no país. O inquérito revelou que 51 por cento das famílias eram vulneráveis à insegurança alimentar. Fora da capital Bissau, o número de agregados familiares que usam estratégias de sobrevivência severas baseadas no consumo aumentou quase cinco vezes, de 12 por cento em setembro de 2019 para 51 por cento em maio de 2020. Em Bissau, o número de agregados familiares que usam estratégias de sobrevivência severas duplicou de 15 por cento em maio de 2018 para 30 por cento em maio de 2020.

Os inquéritos posteriores em julho, outubro de 2020 e março de 2021 mostraram uma melhoria gradual da situação alimentar e nutricional no país, em grande parte devido ao relaxamento das restrições relacionadas a gestão da pandemia. A proporção de famílias que usam estratégias de sobrevivência severas baseadas no consumo caiu de 51 por cento em maio de 2020, 20,1 por cento em julho de 2020, para 13,8 por cento em março de 2021.

Em novembro de 2021, o PAM, em parceria com o MADR, o INE e o Serviço Nacional de Nutrição, realizou um novo inquérito para monitorizar a evolução da situação da segurança alimentar e nutricional no país. Devido às restrições do COVID-19, este inquérito não pôde ocorrer conforme planeado durante a época de escassez. Finalmente, a recolha de dados coincidiu com um período de transição entre o final da época de escassez e o início das colheitas da campanha agrícola 2021-2022. O inquérito foi feito no terreno nas oito regiões do país e na capital Bissau. Este inquérito, que abrangeu 4.623 agregados familiares, insere-se no Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SiSSAN), que realiza regularmente inquéritos nacionais sob a égide do PAA, MADR, INE e Serviço Nacional de Nutrição.

2. Contexto do País

A Guiné-Bissau é um país de baixo rendimento da África Ocidental, com uma população de 1,62 milhões (INE 2013). Quarenta e sete anos de instabilidade política prejudicaram profundamente o desenvolvimento socioeconómico e humano do país, que hoje ocupa o 175º lugar entre 189 países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2020. A Guiné-Bissau tem um rendimento nacional bruto (RNB) per capita de USD 760 e um Produto Interno Bruto (PIB) de USD 1,43 bilhão (Banco Mundial, 2020).

A agricultura representa 47,5 por cento de seu PIB e emprega 67,9 por cento da força de trabalho (OIT 2020). O caju é a principal cultura, ocupando 50 por cento das terras aráveis e representando 90 por cento das exportações do país, bem como 10 por cento do seu PIB. Ele fornece renda direta ou indireta para 85 por cento da população. Outras culturas incluem arroz (cultivado principalmente para consumo doméstico), milho, milheto e sorgo.

Os agregados familiares vulneráveis estão altamente expostos às flutuações do preço internacional da castanha de caju, bem como aos riscos relacionados com as alterações climáticas – principalmente cheias, secas e erosão costeira – e à degradação ambiental recorrente causada pela má gestão de terra e poluição.

O país é afetado pela insegurança alimentar e desnutrição. De acordo com o último relatório do Quadro Harmonizado (CH) de março de 2021, 5,2 por cento da população rural (68.127 pessoas) encontrava-se em situação de insegurança alimentar grave e classificada na fase 3 ou superior. Cerca de 12,5 por cento da população (165.331 pessoas) foram classificadas na fase 2 devido ao seu consumo alimentar minimamente adequado e incapacidade de atender às necessidades básicas não alimentares essenciais sem adotar estratégias de sobrevivência negativas, e provavelmente cairão na fase 3 ou superior.

A taxa de atraso no crescimento entre crianças de 6 à 59 meses diminuíram desde 2012, de 32,2 para 27,7 por cento em 2018, mas continuam altas, ultrapassando 30 por cento nas regiões de Oio, Bafatá e Gabu. A malnutrição aguda afeta 5 por cento das crianças na mesma faixa etária (MICS6, 2020).

Em setembro de 2019, antes da pandemia de COVID-19, apenas 8 por cento das crianças de 6 a 23 meses recebiam uma dieta minimamente aceitável e apenas 29 por cento das mulheres e meninas de 15 a 49 anos tinham uma diversidade alimentar mínima satisfatória (PAM, 2020).

3. Quantas pessoas estão em situação de insegurança alimentar?

Em novembro de 2021, 12 por cento dos agregados familiares na Guiné-Bissau, ou mais de 197.500 pessoas, estavam em situação de insegurança alimentar. A grande maioria destes agregados familiares (10,8 por cento) encontra-se em situação

de insegurança alimentar moderada, ligada a um baixo consumo alimentar ou recorrendo as estratégias irreversíveis de sobrevivência para satisfazer as suas necessidades básicas. Tal como em inquéritos anteriores, a insegurança alimentar é mais problemática nas zonas rurais onde é de 17,7 por cento em comparação com 4,3 por cento nas zonas urbanas. A Figura 1 mostra que a proporção de agregados familiares com insegurança alimentar é a mais baixa desde setembro de 2016, se apenas forem considerados os inquéritos realizados no terreno (excluindo os inquéritos realizados através de chamadas telefónicas).

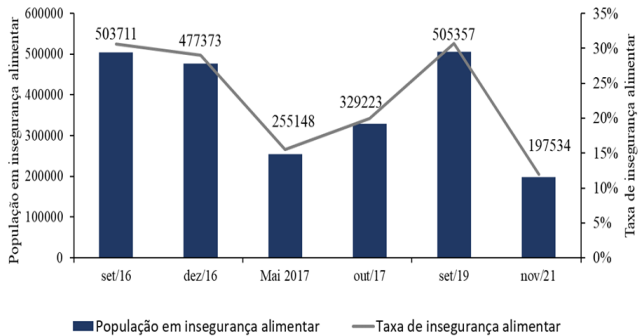


Figura 1. Evolução da insegurança alimentar entre 2016 e 2021.

Estes resultados mostram que em novembro de 2021 as populações recuperaram globalmente da situação causada pelo COVID-19 e esta tendência de normalização começou em julho de 2020 graças ao abrandamento das medidas de restrição impostas pelo governo. Os inquéritos mVAM (via telefone) realizados em maio, julho, outubro de 2020 e março de 2021 já apontavam a tendência de queda da vulnerabilidade. Além disso, este inquérito foi realizado em novembro, período em que 56,5 por cento da população iniciou as colheitas das culturas, o que indubitavelmente teve uma influência positiva no nível de segurança alimentar das populações.

A região de Oio, como em várias ocasiões, é a mais afetada, com quase um quarto da população em situação de insegurança alimentar, seguida de Gabu e Quinara com 18,6 e 17,3 por cento respetivamente. De fato, Oio, Gabu e Quinara são frequentemente classificadas entre as três regiões mais afetadas pela insegurança alimentar. Oio e Gabu também são as regiões mais afetadas pela desnutrição, especialmente a desnutrição crónica. Estas regiões não apresentam uma desvantagem particular em termos da existência de recursos naturais e agrícolas ou da ocorrência de choques que possam explicar os recorrentes problemas de insegurança alimentar. Sem dúvida, uma análise dos aspetos sociológicos, em particular dos hábitos alimentares das populações, poderia elucidar o caso dessas regiões. Por outro lado, as regiões de Biombo, Tombali e a capital Bissau são as menos afetadas.

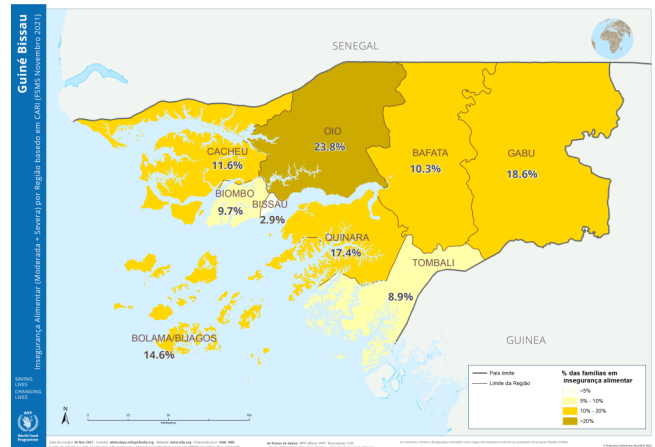


Figura 2. Situação de segurança alimentar dos agregados familiares em novembro de 2021.

4. Despesas alimentares e não alimentares dos agregados familiares.

De acordo com a metodologia do PAM, um agregado familiar que gasta mais de 65 por cento do seu rendimento na compra de alimentos pode ser considerado uma situação de alta vulnerabilidade económica e, portanto, indica sinais de insegurança alimentar elevada. Em novembro de 2021, 45,7 por cento dos agregados familiares gastam mais de 65 por cento das suas despesas com alimentação. Em média, 70 por cento das despesas destinam-se à compra de alimentos nos agregados familiares em situação de insegurança alimentar contra 42 por cento para os agregados familiares em situação de segurança alimentar.

As famílias gastam por mês uma média de 118.000 FCFA, ou 108.000 FCFA para famílias rurais e 127.000 FCFA para famílias urbanas. A despesa média dos agregados familiares em segurança alimentar (180.000 FCFA) é mais de dobro da dos agregados familiares em situação de insegurança alimentar grave (84.000 FCFA). Caso contrário, para garantir a sua segurança alimentar, um agregado familiar terá de ter meios para cobrir uma despesa média de 180.000 francos CFA por mês. No entanto, isso parece fora do alcance da maioria das famílias em um país onde 68 por cento da população vive abaixo da linha da pobreza.

A Figura 3 mostra a baixa proporção reservada para despesas não alimentares em agregados familiares com insegurança alimentar. Isto não oferece a estes agregados familiares a possibilidade de investirem eficazmente quer em capital humano, como na saúde ou educação dos filhos, quer em bens produtivos.

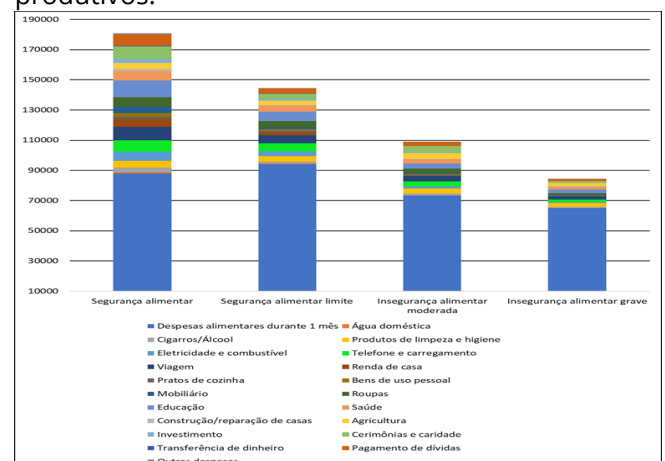


Figura 3. Despesas alimentares e não alimentares

5. Consumo alimentar e estratégias de sobrevivência baseadas no consumo

Na altura do inquérito, 56,5 por cento dos produtores tinham iniciado a colheita dos seus produtos agrícolas, principalmente amendoim, arroz, legumes e milho. 62 por cento dos agregados familiares, incluindo os agregados que não praticam agricultura, dizem que começaram a repor as suas reservas de alimentos. Estas colheitas tiveram um impacto positivo no consumo alimentar, já que 87 por cento dos agregados familiares têm um consumo alimentar aceitável. É no sector autónomo de Bissau e nas regiões de Tombali e Biombo que se regista a melhor situação com ausência de agregados familiares com consumo alimentar pobre (fig.4).

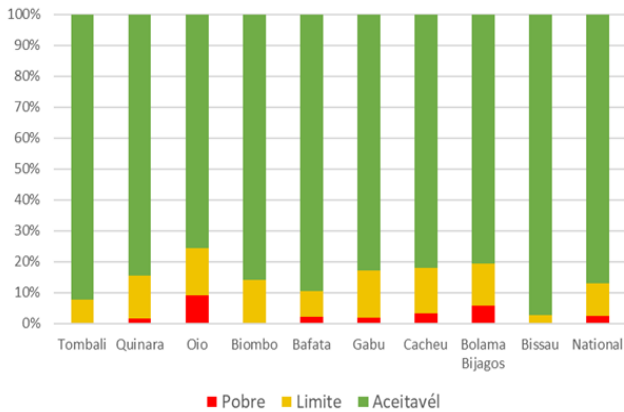


Figura 4: Consumo alimentar dos agregados familiares por região.

Cereais e tubérculos, vegetais, óleo, açúcar e peixe são os alimentos mais consumidos regularmente pelas famílias. Pelo menos 75 por cento dos agregados familiares consomem esses alimentos com uma frequência de 4 a 7 dias por semana, em média. Por outro lado, o consumo de produtos lácteos, leguminosas (feijão, niébé, etc.) e frutas é baixo porque 27 a 57 por cento dos agregados familiares não os consumiram na semana anterior ao inquérito. A colheita de leguminosas está apenas começando, pois apenas 13 por cento das famílias a iniciaram. A produção de leite continua baixa e concentrada no leste do país, o que não facilita sua acessibilidade econômica, principalmente para as famílias pobres. O consumo de frutas é frequentemente raro, com exceção do período de abril a junho, marcado por uma alta produção e consumo de caju e manga. No entanto, o país está repleto de uma grande variedade de frutas disponíveis durante todo o ano de acordo com as estações do ano. Mas há um trabalho de sensibilização que deve ser feito junto das populações para promover o consumo de frutas locais mais acessíveis economicamente.

Embora o score (a Pontuação) de Consumo Alimentar Aceitável seja alto (87%) em novembro de 2021, 13 por cento das famílias são forçadas a recorrer a duras estratégias de sobrevivência baseadas no consumo, o que pode afetar sua segurança alimentar no curto e médio prazo. A capital, Bissau, tem o maior número de agregados familiares (22%) com consumo alimentar aceitável usando estratégias de sobrevivência severas baseadas no consumo. Seguem-se as regiões de

Tombali e Oio que ultrapassam ligeiramente a média de 13 por cento. Comer alimentos menos preferidos e menos caros é a estratégia mais utilizada pelos agregados familiares.

6. Estratégias de sobrevivência baseadas em meios de subsistência usadas pelos agregados familiares

Se o uso de estratégias baseadas no consumo se esgotar ou não resolver os problemas alimentares, os agregados familiares são forçados a usar estratégias baseadas nos meios de subsistência. Em novembro de 2021, 52,9 por cento dos agregados haviam utilizado pelo menos uma dessas estratégias e é quase a mesma proporção nas áreas rurais e urbanas. Quase um quarto dos agregados familiares recorre a estratégias severas (crise e emergência) particularmente no sector autónomo de Bissau, nas regiões de Oio e Gabu. Por outro lado, o uso destas estratégias é baixo nas regiões de Biombo e Bolama

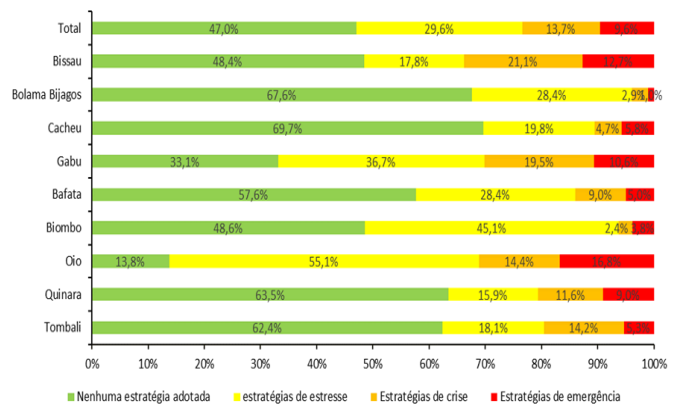


Figura 5. Estratégias de sobrevivência baseadas em meios de subsistência

Bijagos.

Observamos que a proporção de famílias que usam estratégias de crise e emergência em áreas urbanas é significativamente maior do que em áreas rurais (Pearson's Chi 2 = 42; P = 0,000). Este resultado relativiza os baixos níveis de insegurança alimentar nas zonas urbanas, pois um quarto dos agregados familiares é obrigado a recorrer a estratégias severas para satisfazer as suas necessidades básicas, nomeadamente alimentares. Se as condições não melhorarem a curto ou médio prazo, muitos agregados familiares em segurança alimentar limite podem cair em insegurança alimentar.

As estratégias mais utilizadas são: gastar poupança por falta de alimentos ou falta de dinheiro para comprar alimentos (38%), reduzir gastos com saúde e educação (16%), pedir dinheiro emprestado ou alimentos (14%) e vender mais animais (não produtivo) do que o habitual (13%).

Por fim, há uma diminuição no uso de estratégias de sobrevivência severas de 3,5 por cento em relação ao mês de dezembro de 2016 (período do ano quase próximo).

7. Perfil dos agregados familiares em situação de insegurança alimentar

Os resultados do inquérito mostram que a segurança alimentar do agregado familiar está ligada a certos determinantes socioeconómicos, como o sexo do chefe do agregado familiar, o nível de escolaridade, a composição do agregado familiar e as fontes de rendimento.

Em geral, as famílias chefiadas por homens são significativamente mais afetadas pela insegurança alimentar do que aquelas chefiadas por mulheres (Pearson's Chi 2 = 10; P = 0,002). No entanto, nas áreas rurais, os agregados familiares chefiados por mulheres são mais afetados, enquanto nas áreas urbanas são os agregados chefiados por homens. Nas zonas rurais, são raras as mulheres chefes de família, muitas vezes viúvas ou vítimas de uma certa marginalização. Frequentemente sofrem de dificuldades de acesso à terra, o que não facilita a sua integração na vida produtiva, mantendo-as na pobreza. Por outro lado, nas áreas urbanas, as mulheres chefes de família são muitas vezes intelectuais ou mulheres com certa independência financeira, o que lhes dá autonomia para viver sozinhas com seus descendentes.

Os agregados familiares chefiados por pessoas sem escolaridade ou com baixa escolaridade destacam-se como os mais afetados pela insegurança alimentar. A taxa de insegurança alimentar é de 17 por cento entre os chefes de família sem escolaridade, em comparação com 1,7 por cento para chefes de família com ensino superior. Quanto menor o nível de escolaridade, maior a insegurança alimentar.

A insegurança alimentar também aumenta com o tamanho do agregado familiar, com uma incidência de 11,7 por cento entre os agregados familiares de 1 a 5 pessoas, em comparação com 16,3 por cento nos agregados familiares com 20 ou mais pessoas. Além disso, famílias com crianças menores de cinco anos são significativamente mais vulneráveis à insegurança alimentar do que aquelas sem crianças dependentes (Pearson Chi 2 = 9,7; P = 0,002). Isso pode ser explicado, por um lado, pelo fato de as mães disporem de menos tempo para participar plenamente nas atividades geradoras de renda e, por outro lado, parte da renda familiar ser destinada às despesas específicas relacionadas aos filhos. Cerca de 13 por cento dos agregados familiares com filhos dependentes sofrem de insegurança alimentar, em comparação com 10 por cento nos agregados familiares sem filhos. Os agregados familiares com uma mulher grávida e/ou a amamentar são significativamente mais vulneráveis do que os restantes (Pearson's Chi 2 = 8,6; P = 0,003). Assim, a insegurança alimentar atinge 13,6 por cento nos agregados familiares com mulher grávida e/ou a amamentar, contra 10,7 por cento nos restantes.

Finalmente, os agregados familiares que dependem de assistência, exploração florestal, agricultura e pecuária são mais vulneráveis do que aqueles que dependem de outras atividades ou serviços formais que geram renda de forma mais regular.

8. Monitoramento de estoques e preços de produtos alimentares e não alimentares

Desde agosto de 2020, o PAM, em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), alargou o seu sistema de monitorização mensal dos preços de mercado de 9 para 44 mercados, estabelecendo um sistema nacional que abrange os 39 mercados dos sectores da Guiné-Bissau (um mercado para cada sector e cinco mercados na capital Bissau). O sistema de seguimento agora monitora os preços de 50 produtos alimentares e não alimentares.

Os mercados estão bem abastecidos com produtos alimentares e não alimentares durante o período do inquérito, bem como nos meses anteriores. Mesmo o arroz local, cada vez mais escasso, está disponível nos mercados, e a disponibilidade está aumentando devido às colheitas em curso.

Entre janeiro e março de 2021, o preço do arroz comum importado, principal alimento básico, manteve-se praticamente estável em torno de seu preço habitual de 350 FCFA por quilograma. No entanto, o preço aumentou gradualmente de abril a outubro, antes de uma queda perceptível a partir de novembro.

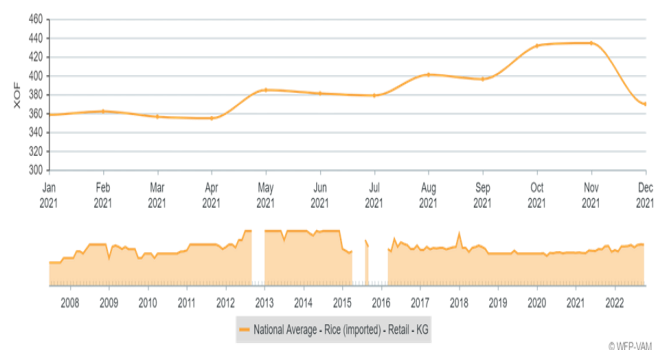


Figura 6. Evolução do preço do quilograma de arroz comum importado em 2021

Em novembro de 2021, 44 por cento dos produtos monitorados tiveram um aumento de preço em relação a novembro de 2020. 44 por cento dos produtos permaneceram quase estáveis no preço e 12 por cento dos produtos diminuíram de preço. Embora o arroz importado tenha sofrido uma queda em novembro de 2021 em relação aos meses anteriores, houve um aumento de mais de 10 por cento entre novembro de 2020 e 2021. O preço da carne, tubérculos e óleo aumentou em relação ao ano passado, enquanto uma estabilidade ou até queda nota-se no preço dos legumes e do peixe.

Grupo alimentar	Produto	Unidade	Nov. 2020	Nov. 2021	Varição (%)	
Cereais	Arroz (local)	kg	448	476	6,3	▶
	Arroz (importado)	kg	354	434	22,6	▲
	Milho preto	kg	544	560	2,9	▶
	Milho bacil	kg	647	605	-6,5	▶
	Farinha de trigo	kg	434	484	11,5	▲
Tuberculo	Batata doce	kg	296	488	64,9	▲
	Mandioca	kg	329	476	44,7	▲
Leguminosas	Mancara	kg	505	601	19,0	▲
	Feijão	kg	618	621	0,5	▶
Legumes	Candja	kg	574	481	-16,2	▼
	Cebola	kg	614	633	3,1	▶
	Cenoura	kg	1303	1371	5,2	▶
	Tomate	kg	709	623	-12,1	▼
Frutas	Banana local	kg	515	549	6,6	▶
	Limão	kg	384	550	43,2	▲
Carne, peixe	Carne de vaca 1ª	kg	3335	5266	57,9	▲
	Carne de vaca 2ª	kg	2824	3768	33,4	▲
	Galinha de terra vivo	Unid	2676	3498	30,7	▲
	Peixe fresco (bica, barbo, linguado)	kg	2851	1969	-30,9	▼
	Peixe fresco (Tainha, Bagri, Bentana)	kg	1150	1217	5,8	▶
	Peixe fresco (sardinha, djafal, bentaninhas)	kg	628	594	-5,4	▶
	Peixe seco	kg	1491	1682	12,8	▲
Oleo	Oleo de palma (site)	Litro	1122	1229	9,5	▶
	Oleo vegetal importado	Litro	1020	1405	37,7	▲
Doces	Açúcar	kg	534	602	12,7	▲
Produto não alimentar	Combustível diesel	Unid	678	689	1,6	▶
	Gasolina Premium	Unid	742	761	2,6	▶

▼ Diminuição de mais de 10%
▲ Aumento de mais de 10%
▶ Variação menor ou igual a 10%

Figura 7. monitoramento dos preços dos produtos alimentares e não alimentares em novembro de 2020 e 2021.

9. A dieta alimentar mínima aceitável para crianças com idade de 6 a 23 meses

Um total de 1.093 crianças com idades entre 6 e 23 meses, sendo 47,4 por cento meninos e 52,6 por cento meninas, foram "inquiridas" para determinar a dieta alimentar mínimo aceitável que reflita a adequação da alimentação das crianças dessa faixa etária. A idade média das crianças é de 13 meses, independentemente do sexo.

Como um prelúdio para determinar a dieta alimentar mínima aceitável, a diversidade alimentar mínima e o número mínimo de refeições foram determinados pela primeira vez.

9.1. Diversidade alimentar mínima de crianças com idade de 6 a 23 meses

A diversificação alimentar mínima de crianças com idade de 6 a 23 meses é medida pelo número de grupos alimentares distintos consumidos entre 7 bem definidos nas últimas 24 horas. A diversidade alimentar mínima é alcançada quando a criança come pelo menos 4 dos 7 grupos de alimentos nas últimas 24 horas.

Em novembro de 2021, apenas 12 por cento das crianças com idade de 6 a 23 meses tinham diversidade alimentar mínima. A diferença é

estatisticamente significativa (Pearson's Chi 2 = 35; P= 0,000) entre a proporção nas áreas rurais (7,5 por cento) e nas áreas urbanas (19,5 por cento). A diversidade alimentar mínima aumenta gradualmente com a idade da criança. Varia de 6 por cento para crianças na faixa etária de 6 a 11 meses a 23 por cento para a faixa etária de 18 a 23 meses. Este aumento está relacionado com a introdução gradual de novos alimentos na alimentação das crianças.

9.2. Número mínimo de refeições

Considera-se que crianças amamentadas recebem um número mínimo de refeições se consumirem alimentos sólidos, semissólidos ou moles pelo menos duas (2) vezes por dia para crianças de 6 a 8 meses e pelo menos três (3) vezes por dia para crianças 9-23 meses. Considera-se que crianças não amamentadas de 6 a 23 meses de idade recebem um número mínimo de refeições se consumirem alimentos sólidos, semissólidos ou moles pelo menos quatro (4) vezes por dia.

Em novembro de 2021, apenas 30,7 por cento das crianças de 6 a 23 meses recebem o número mínimo de refeições exigidas. Essa proporção é significativamente menor, em 11 por cento, nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (Pearson's Chi 2 = 15,7; P = 0,000).

Além disso, o número mínimo de refeições não aumenta com a idade se considerarmos as faixas etárias de 6 a 8 meses e 9 a 23 meses em crianças amamentadas. Isso é preocupante porque, por um lado, o número mínimo de refeições teoricamente aumenta com a idade e, por outro, indica uma insuficiência no consumo das crianças.

9.3. Proporção de crianças de 6 a 23 meses que receberam uma dieta alimentar mínima aceitável.

A proporção de crianças de 6 a 23 meses que receberam uma dieta alimentar mínima aceitável (MAD) é baixa em todo o país. Em média, apenas 5,6 por cento das crianças de 6 a 23 meses recebem uma dieta alimentar mínima aceitável. No entanto, existe uma diferença estatisticamente significativa entre áreas rurais e urbanas (Pearson's Chi 2 = 18; P= 0,000). De fato, a proporção de crianças com MAD é três vezes menor nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. A proporção de crianças com MAD muda gradualmente com a idade, de 2 por cento para crianças de 6 a 11 meses a 10 por cento para crianças de 18 a 23 meses. A mudança nessa proporção se deve à introdução gradativa de novos alimentos na alimentação da criança.

O grupo alimentar composto por produtos básicos como cereais, tubérculos e raízes é de longe o mais consumido, enquanto o grupo alimentar ovos, legumes e nozes e laticínios é muito pouco consumido.

A proporção de crianças de 6 a 23 meses que receberam a dieta alimentar mínima aceitável varia de acordo com a região. Para além de a proporção de crianças com MAD se manter muito baixa no país, notamos que no setor autónomo de Bissau a proporção duplica face à média nacional. É nas regiões de Oio, Bafatá, Gabu e Cacheu, onde se encontram as crianças mais desnutridas, que também temos as proporções de MAD entre as mais baixas do país.

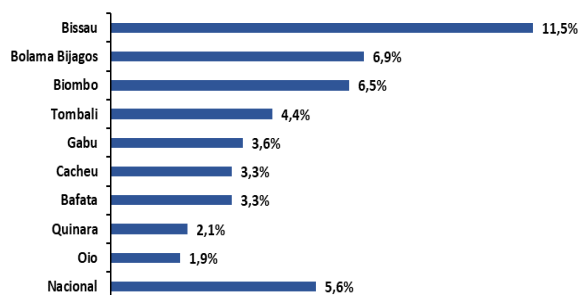


Figura 8. dieta alimentar mínima aceitável (MAD) para crianças de 6 a 23 meses por região.

A proporção de crianças que receberam uma dieta alimentar mínima aceitável é significativamente maior entre crianças cuidadas pelas próprias mães

(ou tutoras) e essa proporção aumenta progressivamente com o nível de escolaridade (Pearson's Chi 2 = 14,6; P = 0,002). Com efeito, a proporção é de 3,3 por cento entre os filhos de mães sem escolaridade e de 10,3 por cento para os filhos de mães com ensino superior. Com efeito, um bom nível de escolaridade permite aos pais o acesso a conhecimentos e informações sobre boas práticas alimentares, mas também o nível de escolaridade geralmente proporciona uma melhor integração profissional que pode influenciar positivamente a alimentação e o estado nutricional das crianças.

10. Diversidade alimentar mínima de mulheres de 15 a 49 anos (MDDW)

O estado nutricional das mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) é um dos principais determinantes de sua vida reprodutiva, do sucesso da gravidez e de seu desfecho. O estado nutricional da mulher antes da gravidez é determinante para a evolução da gravidez, o estado de saúde e o peso ao nascer do recém-nascido. Entre esses fatores determinantes do estado nutricional, está a diversidade alimentar mínima das mulheres que foi determinada no âmbito deste inquérito. No total, entrevistamos 4.398 mulheres com idade entre 15 e 49 anos, com média de idade de 28 anos.

Considera-se que uma mulher tem diversidade alimentar mínima quando tiver consumido, nas últimas 24 horas, pelo menos 5 dos dez (10) grupos de alimentos definidos pela FAO e FANTA/USAID: (i) cereais, tubérculos brancos, raízes e bananas, (ii) Leguminosas (feijões, ervilhas, lentilhas), (iii) Nozes e sementes, (iv) Leite e derivados, (v) Carne, aves e peixes, (vi) Ovos, (vii) Vegetais de folhas verdes escuras, (viii) Frutas e Legumes ricos em vitamina A, (ix) Outros vegetais, (x) Outras frutas.

Em novembro de 2021, apenas 31,7 por cento das mulheres tinham diversidade alimentar mínima na Guiné-Bissau. Essa proporção é estatisticamente diferente entre áreas rurais e urbanas. De fato, é de 27,4 por cento nas áreas rurais e 39,4 por cento nas áreas urbanas. Tal como em 2019 durante o nosso último inquérito de terreno, é nas regiões de Tombali e Bafatá onde se registam mais mulheres com uma diversidade alimentar mínima. Por outro lado, as proporções mais baixas registam-se nas regiões de Oio e Bolama-Bijagós.

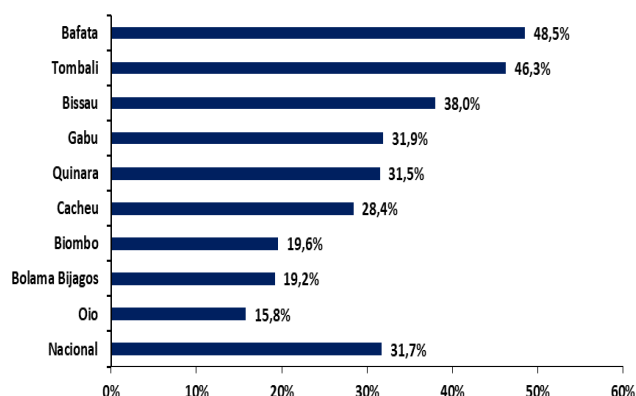


Figura 9. Diversidade alimentar mínima de mulheres de 15 a 49 anos (MDDW) por região.

Os grupos alimentares mais frequentes na alimentação diária das mulheres em idade reprodutiva são, por ordem de frequência: os cereais, o grupo dos vegetais (diferente de vegetais folhas verde-escuros) e o grupo dos peixes-carne-vísceras. No entanto, o peixe é a principal fonte de proteína animal para as mulheres, carnes e vísceras são consumidas apenas ocasionalmente. Ovos, leguminosas (grão-de-bico, feijão, amendoim, etc.) e laticínios são os grupos alimentar menos consumidos.

Finalmente, 9,5 por cento das mulheres inquiridas estavam grávidas à data do inquérito e quase um terço delas não tinha uma alimentação adequada com todas as potenciais consequências no seu estado de saúde e no dos seus futuros filhos. A dieta das mulheres, especialmente a baixa diversidade alimentar, tem se mostrado um importante determinante do retardo do crescimento intrauterino (RCIU). A gravidez, este momento particular da vida da mulher, exige mudanças, principalmente no que diz respeito aos hábitos alimentares. Há um aumento das necessidades de proteína (metade dessa dieta de origem animal), de carboidratos e também de cálcio. No entanto, o estudo não mostra uma diferença significativa entre a dieta das mulheres dependendo se estão grávidas ou não (Pearson's Chi 2 = 0,06; P = 0,8). Essa constante continua preocupante.

11. Metodologia

A amostra foi calculada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da Guiné-Bissau e baseou-se numa sondagem probabilístico estratificado em dois graus tendo como unidade primária (UP) os distritos de recenseamento (DR) e como unidade secundária (US) os agregados familiares dentro de distritos de recenseamento (DR) sorteados anteriormente. A seleção de unidades secundárias selecionou 20 agregados familiares por DR selecionado. Os estratos são constituídos pelas oito (08) regiões do país (Bafatá, Gabu, Tombali, Quinara, Biombo, Cacheu, Oio e Bolama Bijagós) e o setor autónomo de Bissau. As prevalências de insegurança alimentar do último inquérito realizado no terreno (em setembro de 2019) foram escolhidas em cada estrato com um nível de confiança de 95 por cento e uma margem de erro de 5 por cento. O tamanho mínimo da amostra foi determinado com base na seguinte fórmula:

$$n = z^2 \times \frac{p(1-p)}{d^2} \times k$$

n = tamanho de amostra mínimo necessário	P = prevalência de insegurança alimentar por estrato
z = nível de confiança (95%)	K = efeito cluster (1,5); d = margem de erro (5%)

O cálculo da amostra para este inquérito foi feito a partir de amostra do último censo geral da população e habitação de 2009. O país tem 2.034 distritos de recenseamento (DR), dos quais 678 estão em áreas urbanas e 1.356 em áreas rurais.

No primeiro nível, os DR foram sorteados de forma independente em cada estrato usando o método de probabilidade proporcional ao tamanho (PPT). Foram selecionados 230 RD, 75 em áreas urbanas e 155 em áreas rurais. No segundo nível, os agregados familiares (unidades secundárias de inquérito) foram selecionados com base na lista de agregados familiares da Guiné-Bissau retirada do último recenseamento geral da população e habitação. A seleção foi feita com probabilidade constante em cada DR selecionado e em cada estrato, onde foram selecionados 1.500 agregados familiares na zona urbana e 3.100 na zona rural, perfazendo um total de 4.600 agregados familiares. A amostra é representativa tanto a nível nacional e regional.

11.1. Formação dos inquiridores

Durante cinco dias, os inquiridores pré-selecionados foram formados para entender melhor o objetivo do estudo, o conteúdo do questionário e as técnicas de aplicação do questionário. Nove (9) formadores ministraram a formação, incluindo três (3) formadores do PAM, três (3) do Instituto Nacional de Estatística (INE), um (1) do Departamento de Estatística Agrária do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, um (1) da Direção de Alimentação e Nutrição e um (1) da ONG AiFA/PALOP.

11.2. Coleta de dados e supervisão do inquérito

A inquérito é do tipo agregado e ocorreu tanto na zona rural quanto na urbana. A coleta de dados ocorreu de 26 de outubro a 07 de novembro de 2021 em todas as oito (08) regiões do país, 39 setores incluindo a capital Bissau, 240 distritos recenseamento (DR). Um total de 4.527 chefes de família foram entrevistados neste inquérito, representando uma taxa de resposta de 99 por cento. Foram contratados 62 inquiridores, metade deles mulheres, após rigorosa seleção. A recolha de dados foi coordenada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A supervisão esteve a cargo de nove (9) agentes do INE, PAM e da ONG AiFA/PALOP. Além da supervisão no terreno, a supervisão online foi realizada por meio de verificação minuciosa pelos agentes do PAM dos dados recebidos quase em tempo real no servidor do PAM. Um algoritmo foi utilizado pelo Escritório Regional do PAM para extrair tendências sobre a evolução dos indicadores, o que permitiu alertar sobre possíveis inconsistências. Além disso, os agentes do PAM verificaram os questionários recebidos no servidor e convocaram aleatoriamente alguns chefes de família para realizar uma contrainquérito que permite assegurar a seriedade de cada inquiridor, a autenticidade e a validade dos dados.

12. Bibliografia:

- Alta comissão para covid-19, 2021. Boletim Informativo Semanal | de 22 a 28 de março De 2021 | nº 30.
 - Índice de Estratégias de sobrevivência: Manual de Métodos de Campo. Copyright © 2008 Cooperativa de Assistência e Socorro em Todos os Lugares, Inc. (CARE).
 - Ministério da Economia e Finanças, Direcção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística (INE), 2016. Projeções Demográficas na Guiné-Bissau (2009 – 2030).
 - Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS6), 2020. Relatório Final 2018-2019.
 - Fundo Monetário Internacional; Departamento de Assuntos Africanos, 2017. Guiné-Bissau: Documento de Assuntos Seleccionados; Fundo Monetário Internacional: Washington, DC, EUA.
 - Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, maio de 2020. Inquérito mVAM para Seguimento da segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau.
 - Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, julho de 2020. Inquérito mVAM sobre a Seguimento da segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau.
 - Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, outubro de 2020. Inquérito mVAM sobre a Seguimento da segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau.
 - Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, 2020. Estabelecer capacidades de Seguimento e avaliação à distância para a resposta à covid-19. Um guia prático.
 - Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM), 2020. Inquérito de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutrição da Guiné-Bissau.
 - Perspetivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2020 Escritório Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2020
- <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD?locations=GW>
- <https://data.worldbank.org/country/GW>
- [https://jimber.org/bonnes-pratiques-alimentaire-bas-age-burundi-unicef-cde/#:~:text=On%20consid%C3%A8re%20que%20les%20enfants%20non%20allait%C3%A9s%20de%206%2D23,moins%2C%20quatre%20fois%20par%20jour. .](https://jimber.org/bonnes-pratiques-alimentaire-bas-age-burundi-unicef-cde/#:~:text=On%20consid%C3%A8re%20que%20les%20enfants%20non%20allait%C3%A9s%20de%206%2D23,moins%2C%20quatre%20fois%20par%20jour.)

PARA MAIS INFORMAÇÃO:

- Momadou Sow, VAM and M&E Officer (WFP - Guinea-Bissau) - momadou.sow@wfp.org